



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

Estratégia Nacional

**Elaboração das Metas do
Poder Judiciário para 2019**

Gestão democrática

Resolução 221/2016 do CNJ

Institui princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias do Conselho Nacional de Justiça.

Ações propostas na JME/RS:

- Consulta pública no site e na intranet
- Reunião
- Exposição e/ou questionários aplicados a público externo (alunos da Brigada Militar)

Macrodesafios

A Resolução 198/CNJ elenca temáticas para serem trabalhadas até 2020, denominadas "Macrodesafios do Poder Judiciário", que devem ser consideradas na elaboração das metas. A pesquisa apontou como prioridade:

- Combate à corrupção e à improbidade administrativa
- Garantia dos direitos da cidadania
- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- Aprimoramento da gestão da **justiça criminal**
- Melhoria da infraestrutura e governança de **TI**
- Aperfeiçoamento da gestão de **custos**
- Melhoria da gestão de **pessoas**
- Instituição da **governança judiciária**

Temáticas prioritárias

As respostas estão baseadas na apuração de 674 questionários aplicados fisicamente e mais 113 respostas obtidas na versão online da consulta pública. O alcance total da pesquisa foi de 787 entrevistados.

- 1) Combate à corrupção e à improbidade administrativa (74,71%)
- 2) Garantia dos direitos da cidadania (49,94%)
- 3) Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional (46,43%)
- 4) Aprimoramento da Gestão da Justiça criminal (22,70%)
- 5) Aperfeiçoamento da gestão de custos (19,84%)
- 6) Melhoria da infraestrutura e governança de TI (14,79%)
- 7) Melhoria da gestão de pessoas (12,06%)
- 8) Instituição da governança judiciária (5,84%)

Relevância das metas

- Meta 4 - Julgar com prioridade Crimes contra Administração Pública (combate à corrupção)
51,75% das respostas
- Meta 2 - Julgar processos mais antigos
21,66% das respostas
- Meta 1 - julgar mais que os distribuidos, evitando formação de estoque
20,75% das respostas

Fatores complicadores no cumprimento

Cartas precatórias

- A demora da Justiça Comum em cumprir as nossas Cartas Precatórias
- Cartas Precatórias cumpridas em outras Comarcas na Justiça Comum demoram muito tempo para marcarem a audiência de inquirição.
- Cartas precatórias inquiritórias e pendência de perícias.
- Cumprimento de precatórias
- O fator complicador é o cumprimento de precatórias. Com base no artigo 390, §4º, do CPPM, tem sido dado prosseguimento a maioria dos processos nos quais pendem precatórias, a fim de evitar a prescrição. Contudo, considerando que a maioria dos crimes contra a Administração Pública possuem prazos prescricionais maiores, não se tem tomado essa medida. Prioriza-se, assim, a coleta da prova em detrimento da celeridade processual que não se faz premente, tendo em vista o maior prazo prescricional.
- Como a jurisdição das Auditorias é bem ampla, o número de cartas precatórias é muito elevado, assim como a demora no cumprimento/ recebimento das diligências solicitadas pelas Partes, gerando morosidade na tramitação, entretanto tais situações são imprescindíveis p/ a busca da verdade real. Ressalta-se, ainda, que ao meu ver os processos nesta especializada tem sua tramitação bem rápida, o problema na verdade é o prazo prescricional que é muito curto.

Fatores complicadores no cumprimento

Priorização

- Complexidade e deve ser considerada prioridade pela JMERS
- Sua identificação para que tivessem seu fluxo agilizado.

Quantidade de servidores

- Insuficiência de servidores cartorários. Em relação à meta 4, porque os processos são em maior número.
- Escassez de recursos humanos e materiais.
- Poucos servidores para auxiliar a prestação jurisdicional.
- Escassez de recursos humanos.

Sem maiores complicações

- Não vejo maiores complicações para cumprir a meta.

Sugestões

...de magistrados e servidores:

Priorização processos Meta 4

- Complexidade e deve ser considerada prioridade pela JMERS
- Sua identificação para que tivessem seu fluxo agilizado.

Nova Meta

- Meta de gestão de pessoas

Cursos

- Realização de cursos relativos às execuções penais, tendo em vista a aplicação dos benefícios da LEP.

...do público externo:

Informatização

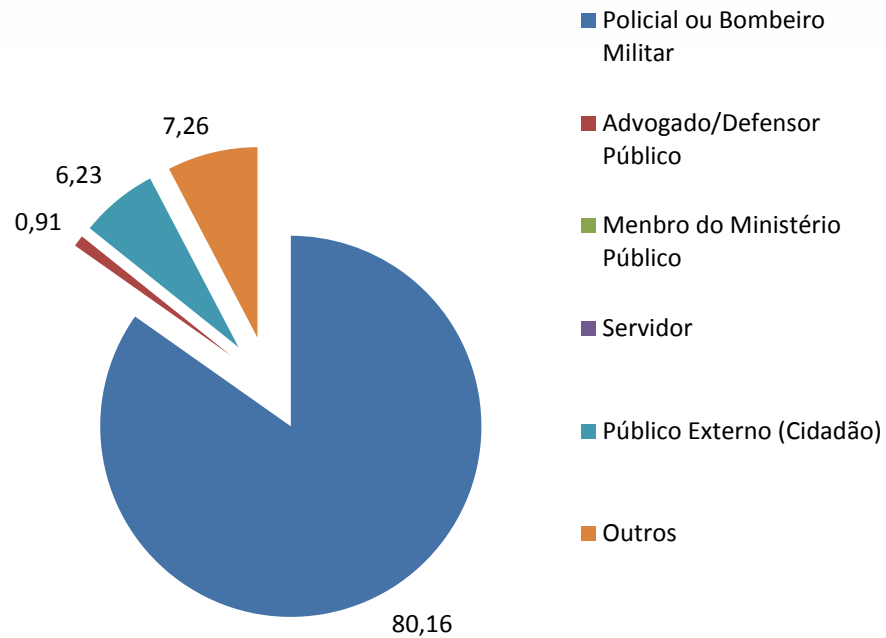
- Se os processos forem informatizados facilitaria as partes a produção de atos e aos demais membros do conselho a consulta aos autos de maneira concorrente.
- Criação de vínculo entre os processos que tramitam no TJM e aqueles são rementidos à Justiça Comum. Tal medida pode facilitar a pesquisa/busca de processos.

Divulgação

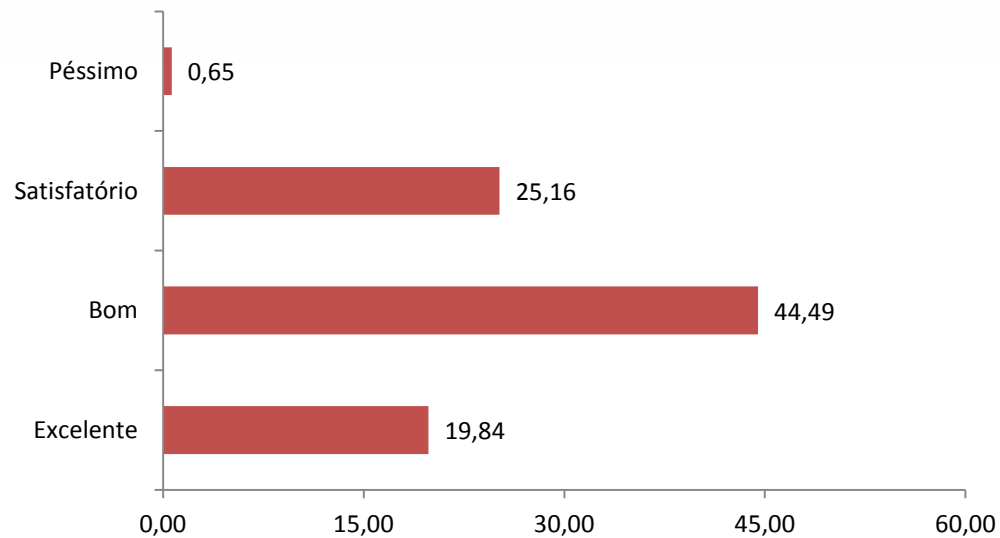
- Mais estudos na área da justiça criminal castrense disponibilizado a todo público na área.
- Mais contato com os demais segmentos da sociedade, como palestras públicas. A interação entre o judiciário desmistifica os problemas.

Perfil do público entrevistado

IDENTIFICAÇÃO

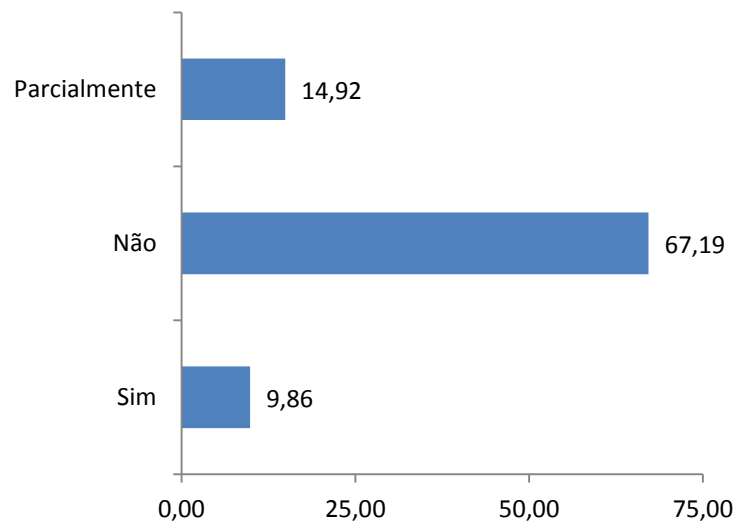


Atendimento público da Justiça Militar do RS



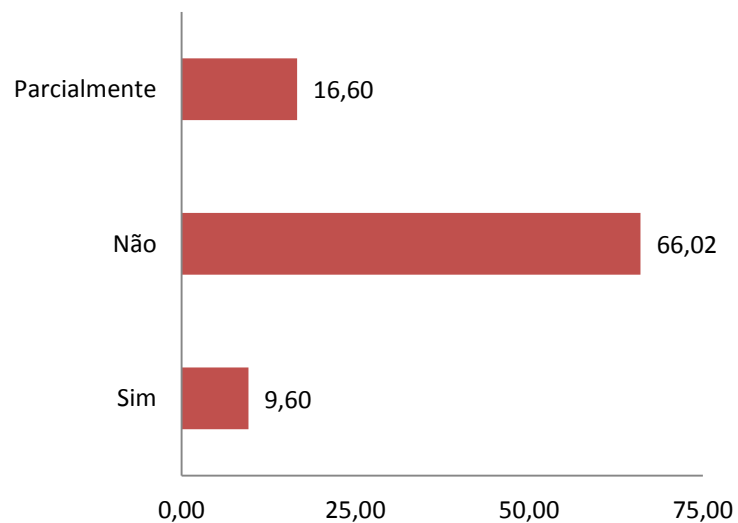
Sistemas Estatísticos do Poder Judiciário

Justiça em números



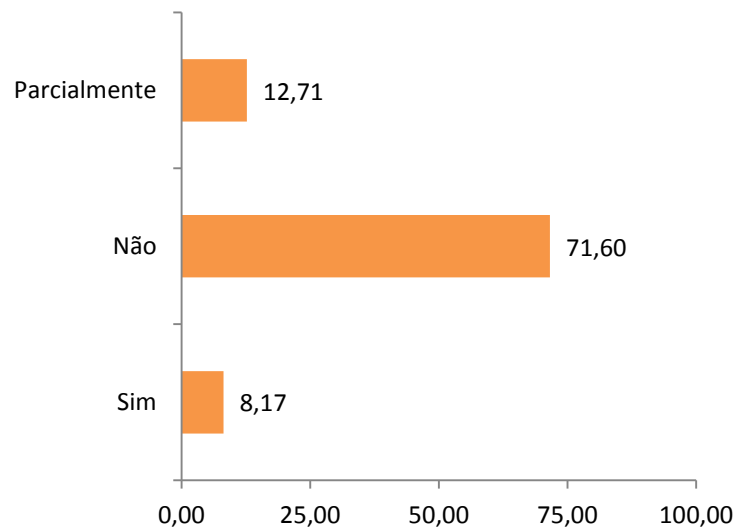
Sistemas Estatísticos do Poder Judiciário

Metas do Poder Judiciário



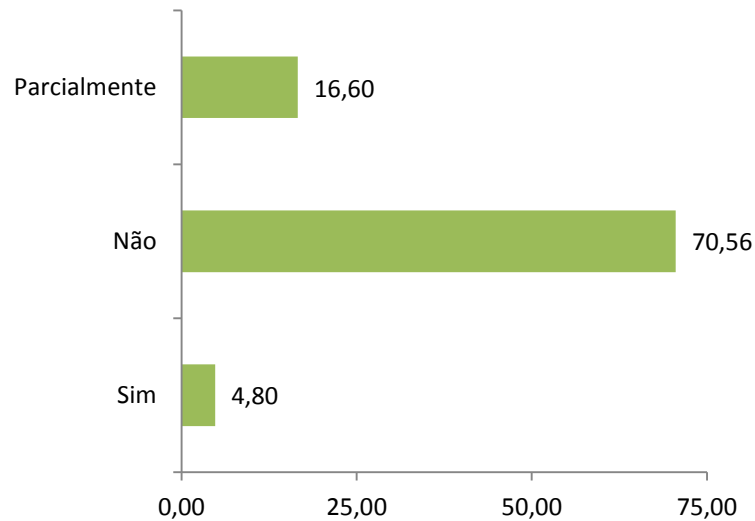
Sistemas Estatísticos do Poder Judiciário

Produtividade de Magistrados e Serventias de 1º e 2º graus



Sistemas Estatísticos do Poder Judiciário

Metas Específicas por segmento de Justiça (Estadual, Trabalho, Eleitoral e Militar)



Sistemas Estatísticos do Poder Judiciário

Percebemos, com a aplicação da *Consulta Pública – Metas Nacionais para 2019*, que há pouco conhecimento a respeito da estrutura da Justiça Militar, bem como das características e dos objetivos relacionados às metas para a padronização do Judiciário nacional.

A comissão que aplicou a *Consulta Pública – Metas Nacionais para 2019* fez uma breve explanação sobre as finalidades e sobre os temas abordados no conjunto das questões. No entanto, o efetivo da Brigada Militar continuou com profundas dúvidas a respeito da finalidade da pesquisa e sobre a função e segmentação da JME. Por isso, essa pesquisa deixa clara a necessidade de uma maior divulgação da temática da consulta, do trabalho desenvolvido e dos serviços prestados à comunidade no TJM .

**Agradecemos a sua
presença e participação.**

NGE - Núcleo de Gestão Estratégica

nge@tjms.rs.jus.br

Telefones: 3214-1016 e 1017